



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10871 - Resumo Expandido - Trabalho - XIV ANPED SUL (2022)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 05 - Educação e Infância

**ETNOGRAFIA COMO PRÁTICA E EXPERIÊNCIA: UMA PERSPECTIVA
EPISTEMOLÓGICA EM PESQUISAS COM A INFÂNCIA**

Amanda Vidal Silva - COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Roseli Nazario - IFC - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense

**ETNOGRAFIA COMO PRÁTICA E EXPERIÊNCIA: UMA PERSPECTIVA
EPISTEMOLÓGICA EM PESQUISAS COM A INFÂNCIA**

O presente resumo é fruto do trabalho de dissertação de mestrado e tem como foco a pesquisa etnográfica a partir das experiências da infância de mulheres que vivenciaram a ditadura civil militar brasileira na condição de crianças, ou seja, em situação de violências. O recorte de gênero se estabelece como uma categoria de análise dentro do estudo (SCOTT, 1995) por meio da qual se realiza uma operação metodológica de caráter interseccional que se fundamenta na compreensão de que as experiências femininas se distinguem das masculinas, entre outros elementos, pela própria condição do ser mulher numa estrutura social que tem um lugar e um papel destinado a sujeitos que nascem e/ou se reconhecem como tal. Compreendida para além de uma metodologia, a etnografia ocupou um lugar de interlocução entre os Estudos da Infância e a Antropologia para pensar a pesquisa, situada no campo da Infância e Educação. Realizou-se a investigação objetivando pensar suas contribuições para os Estudos da Infância, organizada e focalizada a partir de três linhas específicas: a etnografia como fenômeno interdisciplinar emergente; a pesquisa etnográfica como processo de comunicação intercultural; a escrita etnográfica. O referencial teórico utilizado como base para tais reflexões se situou em dois principais, sendo: *Dando voz às vozes das crianças: práticas e problemas, armadilhas e potências*, Allison James (2019) e *A escrita da cultura: poética e política da etnografia*, George Marcus e James Clifford (2016) articulados com os estudos coletivos do Grupo de Estudos e Pesquisas Etnografia e Infância (GEPEI), o qual vem se debruçando e construindo uma defesa em torno da etnografia em pesquisas educacionais, com crianças e infâncias. A tradição antropológica é marcada, entre outros elementos, por uma série de questões e discussões focalizadas tanto no fazer etnográfico,

quanto no seu modo de escrita por meio da narrativa. O principal deles é datado na década de 1980 e tem como foco principal as questões sobre a linguagem e a cultura. Tais problemáticas advindas do “movimento intelectual em curso” foram dispostas em artigos que compõe a coletânea, organizada por George Marcus e James Clifford (2016), publicado em 1986 e considerado o “marco bibliográfico” na cena antropológica em torno dos objetos linguagem e cultura. A perspectiva compreendida e com a qual corroboramos situa a etnografia para além de uma ferramenta metodológica, no sentido apontado por James Clifford (2016, p.152) que a reconhece como “uma performance urdida por histórias poderosas”, alegórica “tanto ao nível de seu conteúdo (aquilo que diz sobre as culturas e suas histórias) quanto de sua forma (aquilo que é implicado por seu modo textual)”. Deste modo, diz respeito a uma ética de ser e estar *em* pesquisa e, sobretudo, uma atenção constante acerca dos modos como se fala e escreve sobre o Outro e sua cultura. Assim, a etnografia é compreendida como uma prática e experiência (MAGNANI, 2009) e, no estudo em questão, como condição e meio de (re)conhecer os modos de vida que narram histórias assimiladas como de menor importância e valor, retirando-as da invisibilidade à qual a lente de matriz moderna ocidental as destinou: “a etnografia se reveste como um campo ontológico, epistemológico, metodológico e ético que permite adensar a análise dos contextos micropolíticos do cotidiano da infância.” (FERREIRA; LIMA, 2020, p. 7). É perspectivada, portanto, como “[...] método em sentido amplo, [que] engloba as estratégias de contato e inserção no campo, condições tanto para a prática continuada como para a experiência etnográfica e que levam à escrita final.” (MAGNANI, 2009, p.136). E, partindo deste prisma de compreensão do fazer etnográfico, o campo, por sua vez, é compreendido como algo em constante constructo e não um lugar estático e dado a priori. De acordo com Pratt (2016), o campo é construído no próprio decorrer do estudo, fruto do fazer etnográfico tem relação direta com as escolhas e recortes feitos na investigação e que dizem respeito a posição de sujeito da qual se ocupa o(a) pesquisador(a). Está implicado num exercício relacional ético e político, de concepção de mundo e sociedade, uma posição epistemológica, portanto. Assim, a etnografia é perspectivada como uma epistemologia por meio da qual é possível problematizar os modos hierárquicos com os quais as pesquisas de matriz positivista moderna são desenvolvidas, na qual as relações de poder entre sujeito pesquisador e sujeito pesquisado são visivelmente uma característica estrutural dessa lente de pesquisa. Diz respeito a um modo de pesquisa que não tem pretensão em estabelecer de antemão um lugar para o Outro dentro do estudo, mas que procura (re)conhecê-lo em sua diferença e com isso, tecer em conjunto lugares possíveis para que possam narrar suas experiências. A perspectiva etnográfica em questão se coloca em harmonia com a concepção de infância por meio da qual o estudo se desenvolveu. A pesquisa situada nas contribuições da Filosofia da Infância (campo de saber inscrito nos Estudos da Infância) nos permitiu fundamentar outros modos de pensar infância e experiência, na qual é possível a construção de um lugar afirmativo e potente para a infância, desestabilizando o olhar ocidental e moderno que a destinou para uma posição de passividade e incapacidade. Compreendida a partir de um tempo oposto ao da cronologia, a concepção de infância com a qual caminhamos pertence a outro tempo, *aión*, “é a infância como intensidade, um situar-se intensivo no mundo; um sair sempre do “seu” lugar e se situar em outros lugares,

desconhecidos, inusitados, inesperados.” (KOHAN, 2007, p.95), compreendida a partir de um tempo de duração não passível de ser numerado e não sequencial, trata-se da infância como experiência. De acordo com Kohan (2011, p.244) “experiência e infância (experiência da infância, infância da experiência) são condições de possibilidade da existência humana, sem importar a cronologia e a idade.” (KOHAN, 2011, p.244). Em que pese, é importante destacar que habitamos as duas infâncias (cronológica e a do tempo da experiência) as quais convivem simultaneamente, ou seja, não são excludentes entre si: suas “linhas se tocam, se cruzam, se enredam, se confundem” (KOHAN, 2007, p. 95). A infância como experiência narrada é a minoritária, que se circunscreve na micropolítica, nos acontecimentos e rompimentos da história “que se encontra numa linha de fuga, num detalhe; a infância que resiste aos movimentos concêntricos, arborizados, totalizantes” (KOHAN, 2007, p. 94). Compreende-se a infância a partir do seu caráter indizível e inefável a descrevendo como o lugar em que é possível ocorrer a tradução daquilo que experienciamos em linguagem e narrativa e, assim, o lugar por meio do qual nos tornamos sujeitos de nossa própria história. Deste modo, a etnografia como caminho da imprevisibilidade é potente no sentido de ir ao encontro das infâncias como experiência, narradas por sujeitos mulheres que viveram sua condição de criança em contexto de violência ditatorial. Perspectivando a etnografia como experiência e o campo como uma construção constante e fruto do próprio processo de investigação, as andanças e o deslocamento corporal marcaram e se constituíram como o movimento da pesquisa. Num primeiro momento, a busca pelas experiências da infância nas plataformas acadêmicas de pesquisa (Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações -BDTD e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES), foi um modo de iniciar o estudo, embora tenha percorrido o caminho institucional, o percurso da pesquisa levou-me ao encontro de muitos outros registros que se localizam fora dos espaços institucionalizados. O “pouco” de produção encontrada na academia sobre as experiências da infância no período ditatorial deu visibilidade para o fato de que a infância se encontra em outros espaços como: museus, ruas e Lugares de Memória (trata-se de espaços por meio dos quais são preservados para além do patrimônio material, o “espírito do lugar”), nos poemas e álbuns de fotografias familiares, não sendo a academia o único local de produção de conhecimento e/ou memória e história. Deste modo, o encontro com a infância e com as mulheres sujeitos da pesquisa foi fruto das andanças pelos lugares de militância que venho ocupando ao longo da minha própria trajetória de vida, interessada na temática da ditadura desde a graduação, a luta em prol dos Direitos Humanos tem certa centralidade em minha trajetória, por meio desse foco, fui encontrando-me com sujeitos, lugares e histórias que, por consequência, constituíram a pesquisa de mestrado. Uma importante referência, fruto desse processo de caminhar, trata-se da professora Patricia Gallardo (2014), uma pesquisadora que ao investigar sobre a infância no contexto da ditadura chilena construiu um acervo com mais de 1500 documentos históricos, entre fotos, poemas e diários, sobre a experiência de sujeitos que vivenciaram a ditadura no Chile enquanto crianças. Em viagem rápida ao Chile, ocorrida em 2019 e através de uma visita guiada pela própria Patricia Gallardo no *Museo de la Memória e Direitos Humanos do Chile*, pude conhecer seu trabalho e referências e, além disso, fui encontrando-me com as infâncias situadas em outros lugares. Foi por meio dos deslocamentos corporais e

andanças virtuais que fui conhecendo e dando-me a conhecer aos sujeitos com os quais fui estabelecendo relações de proximidade e assim, por consequência, encontrando-me com as mulheres que se tornaram sujeitos da pesquisa. A perspectiva etnográfica entendida como experiência, diz respeito, além de outras coisas, a um processo de repensar o próprio lugar de sujeito pesquisadora. Quando nos colocamos em relação direta com os sujeitos da pesquisa estamos, conseqüentemente, nos expondo a situações não passíveis de previsibilidade e indeterminadas que surgem das redes de relacionamento que são tecidas no decorrer da própria pesquisa. Tal reconhecimento implica uma predisposição a nos lançarmos à dimensão de abertura e a capacidade de estranhamento de nossos próprios saberes, além do reconhecimento de nossas precariedades, condições que possibilitam o encontro, de fato, com o Outro. (ferraço; alves, 2018 – escrito em letras minúsculas por orientação dos próprios autores). No encontro com uma das mulheres, sujeito da pesquisa, especificamente, toda essa complexidade vêm à tona. Ao tomar conhecimento da sua narrativa sobre a experiência da infância, minhas expectativas foram se frustrando, o sujeito da pesquisa não falava aquilo que eu estava predisposta a escutar, sua narrativa estava focada no processo de transição (trata-se de uma mulher transgênero) quando jovem, entre 17 e 18 anos enquanto eu conduzia perguntas e mais perguntas sobre a sua condição de criança nos anos da ditadura brasileira. Sem perceber, guiava-me pelo discurso moderno que concebe criança e infância de maneira inseparável e que as inscreve numa cronologia temporal. Mesmo atenta ao fazer a crítica a essa concepção, caio na armadilha realizando uma reflexão de dentro e acabo por trair a mim mesma. Esse encontro suscitou uma reflexão em torno da problematização de que o encontro com os sujeitos não necessariamente tem uma correspondência imediata com a aquilo que buscamos. Aquilo que se busca conhecer, encontrar e/ou saber não tem caráter linear. O sujeito da investigação, em toda a sua alteridade, redefiniu o próprio campo da pesquisa provocando uma abertura, outro início que me mobilizou a pensar o meu próprio lugar de sujeito pesquisadora dentro do estudo, incidindo nos modos de me relacionar com as outras mulheres, sujeitos da pesquisa. Esse encontro se coloca, portanto, condizente com aquilo que é próprio da etnografia, que busca inscrever os movimentos da pesquisa, os acontecimentos, os imprevistos que não podem ser perspectivados de antemão e que constroem o campo no decorrer do próprio caminhar. Assim, a contribuição do sujeito em questão, se dá por outro lugar, na direção de uma provocação sobre aquilo que se intenciona fazer, como no caso do estudo citado: construir uma pesquisa distanciada dos modos hierarquizantes da relação entre os sujeitos que compõem a investigação. Trata-se de um processo, um experimentar-se e um aprender com a própria trajetória, reconhecer os limites, as dificuldades e, também, as impossibilidades de seguir fazendo como se está fazendo, tensionando o lugar de sujeito pesquisadora, problematizando o papel da pesquisa acadêmica, da Universidade, da produção de conhecimento e traçando uma movimentação no sentido de desnaturalizar o processo, o lugar e os modos de fazer ciência. Tal condição representa aquilo que é uma das contribuições da pesquisa etnográfica que está em refletir sobre as imprevisibilidades surgidas no processo de desenvolvimento do estudo e que constituem a própria experiência etnográfica do sujeito pesquisador lançando luz a questões que não haviam sido esboçadas de antemão, mas ao contrário, são frutos do encontro com o Outro. O encontro, por sua vez, é possível quando se

inscreve na alteridade que é o Outro, no sentido destacado por Lima (2015, p.98): “[...] incontestável e irreduzível alteridade do outro é da ordem da irrupção, daquilo que multiplica as formas que temos de ver e estar no mundo, que desloca, que provoca o nosso olhar a descentralizar, desenraizar e des(saber)”. A etnografia, compreendida como um processo de experiência em que só se realiza no ato do fazer se colocou como o meio pelo qual pode ser afetada pelo sentimento de constrangimento em seguir desenvolvendo uma pesquisa fundamentada na hierarquização da relação em que o sujeito pesquisador detém todo o poder do processo. Ao tensionar o lugar de sujeito pesquisadora, conseqüentemente se problematiza as relações de poder inscritas nas hierarquias estruturadas nos processos de pesquisa e que balizam as relações dos sujeitos envolvidos no estudo. A etnografia, neste caso, tensionou a tradição da pesquisa e a ciência positivista, inscrevendo outros modos de aproximação, e de (re)conhecimento do Outro em sua alteridade nos dando pistas para pensar a imprevisibilidade e o acontecimento como lugares da experiência que não só fundamentam a pesquisa, mas a constrói em seu caráter mais geral. Este movimento etnográfico, além disso, permite o acesso as distintas infâncias, pois é por meio dele que se pode caminhar *com, por e entre* as narrativas das mulheres e suas experiências que revelam relações com um tempo que não cabe ser medido por passado, presente ou futuro. Diz respeito a um tempo que é escrito por uma linha que atravessa gerações e que, por meio desse movimento, revela o avesso a história linear oficial, dando visibilidade e rosto para mulheres que narram a infância como experiência, vivida sob violências diversas e atravessadas por marcadores sociais (como classe, gênero, geração e raça) que marcam seus corpos e que os inscrevem em relações de poder, opressões e, sobretudo, aquilo que se pretende dar visibilidade nos estudos desenvolvidos: resistências. Caminhando com a etnografia no encontro com as narrativas das mulheres acessamos uma infância minoritária que se circunscreve na micropolítica, nos acontecimentos e rompimentos da história “que se encontra numa linha de fuga, num detalhe; a infância que resiste aos movimentos concêntricos, arborizados, totalizantes” (KOHAN, 2007, p.94). Tal movimento lança luz sobre narrativas marginalizadas e sobre os processos de apagamento e silenciamento de sujeitos por meio da construção oficial e linear da história. Tendo em vista que as narrativas das mulheres versam sobre histórias subterrâneas, escondidas, minoritárias e silenciadas, considera-se que a perspectiva etnográfica apresentada e defendida no estudo em questão se inscreve como o modo pelo qual o encontro com as infâncias narradas torna-se possível e isso se dá, entre outros elementos, pelo caráter da descontinuidade e imprevisibilidade que é próprio da história dessas mulheres que narram a infância como experiência.

PALAVRAS-CHAVE: Etnografia. Infância. Experiência. Narrativa.

REFERÊNCIAS

CASTILLO-GALLARDO, P. E. & GONZÁLEZ-CELIS, A. **Infancia, ditadura y**

resistência: hijos e hijas de la izquierda chilena (1973-1989). Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, 13 (2), 2014, p. 907-921.

CLIFFORD, James; MARCUS, George (org.). **A escrita da cultura:** poética e política da etnografia. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens Edições, 2016. 388 p.

ferraço, carlos eduardo; alvez, nilda. Conversas em redes e pesquisas com cotidianos: a força das multiplicidades, acasos, encontros, experiências e amizades. In: RIBEIRO, Tiago; SAMPAIO, Rafael de Souza; SAMPAIO, Carmen Sanches (org.). **Conversa como metodologia de pesquisa:** por que não?. Rio de Janeiro: Ayvu, 2018. p. 41-64.

FERREIRA, Manuela; LIMA, Patrícia de Moraes. Infância e Etnografia: dialogia entre alteridades e similitudes. **Perspectiva:** Revista do Centro de Ciências da Educação, Florianópolis, v. 38, n. 1, p. 01-13, mar. 2020.

JAMES, Allison. **Dando voz às vozes das crianças: práticas e problemas, armadilhas e potenciais.** Zero-A-Seis, Florianópolis, v. 21, n. 40, p. 219-248, set./dez., 2019

KOHAN, Walter Omar. **Infância, estrangeiridade e ignorância:** ensaios de filosofia e educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. 176 p.

KOHAN, Walter Omar. **Infância. Entre educação e filosofia.** Belo Horizonte: Autêntica, 2011. 264 p.

LIMA, Patricia de Moraes. INFÂNCIA(S), ALTERIDADE E NORMA: dimensões para pensar a pesquisa com crianças em contextos não institucionais. **Currículo Sem Fronteiras,** Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 94-106, jan. 2015.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológicos,** Porto Alegre, v. 32, n. 15, p. 129-156, jul. 2009.

PRATT, Mary Louise. Trabalho de campo em lugares comuns. In: CLIFFORD, James; MARCUS, George (org.). **A escrita da cultura:** poética e política da etnografia. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens Edições, 2016. p. 63-90.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade,** Porto Alegre, v. 15, n. 2, p.71-99, jul./dez. 1995.